



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - TP/OE/P/SG/SG-SI/SG-SI-CPC/SG-SI-CPC-DBENS

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP)

BENS E SERVIÇOS COMUNS

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Contratação de fornecimento e aplicação de doses de vacina, na apresentação tetravalente, contra a gripe em seringa preenchida, contendo 0,5ml de suspensão de vírus influenza inativados, com proteção para quatro cepas de vírus mais circulantes conforme recomendação da OMS.

Ressalta-se que este documento tem caráter preliminar e é possível que ocorra alterações ao longo do processamento do expediente. Desta forma, quaisquer divergências entre as informações previstas neste ETP e no Termo de Referência, devem prevalecer as previstas no Termo de Referência

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, I)

2.1. Justificativa da necessidade, considerando o interesse público a ser atendido.

A presente contratação tem como objetivo principal imunizar os servidores desse Egrégio Tribunal de Justiça.

O benefício é a imunização de magistrados, servidores e estagiários do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, evitando que adoeçam, deste modo reduzindo o número de afastamentos decorrentes das complicações causadas pela gripe.

2.2. Área requisitante.

Divisão de Prevenção e Promoção a Saúde da Coordenadoria de Saúde e Bem-Estar da Secretaria de Gestão de Pessoas

2.3. Descrição dos requisitos (mínimos e essenciais) da contratação (art. 18, §1º, III)

a. Principais atividades

Fornecimento e aplicação da Vacina tetravalente contra a gripe em seringa preenchida, contendo 0,5ml de suspensão de vírus influenza inativados, com proteção para quatro cepas de vírus mais circulantes conforme recomendação da OMS.

A composição da vacina tetravalente contra a da gripe deve seguir as recomendações da OMS.

b. Prazo de validade

As vacinas devem estar dentro do prazo de validade do fabricante quando de sua aplicação.

c. Endereço de entrega dos itens ou de execução dos serviços

As vacinas deverão ser aplicadas em cada uma das comarcas, nos endereços indicados no futuro Termo de Referência.

d. Prazo de entrega ou execução dos serviços

Conforme descrito no capítulo “Dinâmica de execução” deste documento.

e. Amostra

Não se aplica

f. Qualificação técnica e jurídica

Serão exigidos os seguintes documentos para qualificação técnica:

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados devem observar as quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total para o item cotado

A exigência de qualificação técnica visa assegurar que o fornecedor possua experiência comprovada na comercialização e distribuição de vacinas, que demandam cuidados específicos quanto à conservação, transporte e aplicação. Considerando que se trata de um insumo de natureza sensível, diretamente relacionado à saúde pública, é imprescindível que o contratado tenha demonstrado aptidão técnica por meio de fornecimentos anteriores de bens similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Tal exigência busca mitigar riscos à execução contratual, garantindo que o fornecedor tenha capacidade logística, estrutura adequada e conhecimento técnico para atender ao quantitativo demandado com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

Além da documentação para habilitação jurídica prevista no edital, exige-se para a presente contratação:

a) Certificado de Licença Sanitária dentro do prazo de validade expresso ou de 01 (um) ano, se omissos, nos termos do art. 17, §2º da Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 197 de 2017;

b) Comprovação de autorização da empresa para vacinação fora do local de suas atividades (vacinação extramuros), nos termos do art. 17, §2º da Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 197 de 2017 e do art. 8º da Resolução SESA/PR nº 956/2018, junto ao órgão local da vigilância sanitária.

Justifica-se a exigência dos documentos acima para todos os Itens tendo em vista se tratar de objeto que deve seguir normas específicas relacionadas à área de saúde, em especial a Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 197 de 2017, não podendo ser executada por empresas sem as devidas comprovações de atendimento à legislação própria para o objeto

3. SOLUÇÃO

3.1. Levantamento de mercado (art. 18, §1º, V)

Ressalta-se que a principal necessidade a ser atendida com o presente estudo é a maior cobertura vacinal possível, tendo em vista que o objeto é a imunização de magistrados, servidores e estagiários do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, evitando que adoeçam, deste modo reduzindo o número de afastamentos decorrentes das complicações causadas pela gripe.

Desta forma, foram levantadas as seguintes soluções:

Solução 1) Vacinação via SUS

Neste cenário, a vacinação ocorreria por meio das campanhas do SUS.

As campanhas de vacinação do SUS contra a influenza geralmente iniciam-se no mês de abril de cada ano, com as aplicações restritas aos grupos prioritários (população maior de 60 anos, trabalhadores da saúde, crianças de 6 meses a 6 anos, povos indígenas, professores, pessoas com comorbidades, pessoas com deficiência permanente e caminhoneiros). No ano de 2024, após a vacina desses grupos, o Estado do Paraná estendeu a campanha a toda a população, atingindo menos de 62,17% de cobertura (dados do Governo Estadual).

Vantagem: Não há custo para o Tribunal de Justiça do Paraná

Desvantagem: Cobertura vacinal baixa. Ademais, a vacina fornecida pelo SUS é a Trivalente, não apresentando a mesma eficácia da vacina quadrivalente.

Solução 2) Contratação de empresa para fornecimento e aplicação de vacinação

Nesta solução, a atualmente adotada pelo TJPR há anos, contrata-se empresa especializada para distribuição e

aplicação das vacinas, conforme cronograma da campanha a ser ajustada com a unidade fiscal.

Assim, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) realizará o investimento financeiro para a aquisição de vacinas destinadas aos servidores, magistrados e estagiários da capital e demais comarcas. No entanto, a adesão por parte desse público pode não ocorrer de forma satisfatória, em razão de atraso no processo licitatório.

Desta forma, as principais vantagens são a alta cobertura entre os colaboradores do TJPR, bem como a possibilidade de se contratar a vacina tetravalente, que tem maior eficácia.

Solução 3) Vacinação particular

Neste cenário, a vacina ocorreria por meio da vontade ou interesse de cada servidor, magistrado ou estagiário, aos moldes do cenário 1. A diferença seria que, ao contrário do cenário 1, os custos de vacinação em clínicas, laboratórios e hospitais ficaria a cargo de cada pessoa. Destaca-se que o custo das vacinas se apresenta como um obstáculo à ampla cobertura, principalmente entre o grupo dos estagiários. Desta forma, a principal desvantagem seria a baixa cobertura vacinal. A vantagem seria que não ocorreria custos específicos do TJPR com a vacinação.

POTENCIAIS FORNECEDORES			
Razão social	CNPJ	E-mail / Site	Telefone
Vacinemais Clínica de Vacinação Ltda - PR	21.207.186/0001-24	https://vacinemais.com.br/	(41) 3037-2820 (41) 9262-1726
Imuniza Mais Centro de Vacinação Ltda - PR	31.195.559/0001-48	https://www.imunizzare.com/	(41) 3082-5138/ (41) 8756-1314
Farmácia e Drogeria Nissei S.A - PR	79.430.682/0341-08	https://www.farmaciasnissei.com.br/	(41) 3213-8241/ (41) 9657-9221
Vaccine – Clínica de Vacinação e Imunização Ltda - PR	35.827.194/0001-88	https://vacinasvaccine.com.br/	43 3323-2410
San Pietro Vacinas Eireli - SC	18.887.366/0001-90	FINANCEIRO.SANPIETRO@GMAIL.COM	48 99812-0663
Macmed Soluções em Saúde LTDA - PR	31.085.156/0001-46	https://www.macmedbrasil.com.br/	41 3675-1398
Imunizar Clínica de Vacinas LTDA - SC	13.627.448/0001-81	https://imunizarvacinas.com.br/	48-3034 0971
Clínica Reabilitar Ltda - SC	02.215.288/0001-47	FINACEIRO.REABILITAR@HOTMAIL.COM	(48) 36570239/ 996979750

a. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

b. Consórcio de empresas e Cooperativas

É vedada a participação de cooperativas e empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que não se trata de objeto complexo, vultuoso, nem exige alta capacidade técnica ou econômico-financeira das licitantes. Ademais, as empresas atuantes no mercado têm, sozinhas, condições de fornecer o objeto da contratação e de suprir os requisitos da contratação, concorrendo entre si. Portanto, entende-se tal medida não importará em prejuízos à competitividade do certame.

3.2. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VI).

a. Solução escolhida

Diante das soluções levantadas, foi adotada a solução contida no Cenário 2. Justifica-se a escolha do cenário 2, pelos seguintes motivos:

- 1) A aquisição e aplicação das vacinas por meio de contrato celebrado pelo TJPR oferece mais garantias de cobertura do público-alvo, evitando assim que os servidores, magistrados e estagiários se ausentem do trabalho devido ao acometimento de gripe.
- 2) Os demais cenários implicam que o público-alvo voluntariamente compareça às unidades de saúde ou clínica, laboratório e hospitais, o que poderá apresentar um obstáculo à ampla cobertura.
- 3) O comparecimento a equipamentos públicos para a vacinação poderá implicar também em momentânea superlotação das unidades, causando demora na aplicação e estendendo a permanência da pessoa no local, o que pode vir a representar em atrasado do servidor, magistrado ou estagiário no início de sua atividade laboral no TJPR.
- 4) Esta é a solução que tem sido adotada pelo TJPR há anos, e vem atendendo satisfatoriamente o objetivo pretendido.

Dentre as soluções apresentadas, a que melhor satisfará as necessidades deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é a contratação de uma empresa especializada especificamente para fornecimento das doses e gesto vacinal, mediante formalização de contrato sob demanda, tendo em vista não haver necessidade de entregas parceladas, já que o fornecimento por demanda visa suprir necessidade imediata do objeto.

b. Especificações

Item	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quantidade máxima prevista
01	Doses de Vacina Antigripal – Curitiba Gesto vacinal incluso Aplicação na cidade de Curitiba/PR	25364	Unidade (dose)	3300
02	Doses de Vacina antigripal – Regional Leste (exceto Curitiba) Gesto vacinal incluso Aplicação em cada uma das comarcas listadas da Regional Leste, conforme Apêndice 1	25364	Unidade (dose)	400
03	Doses de Vacina antigripal – Regional Centro-Oeste Gesto vacinal incluso Aplicação em cada uma das comarcas listadas da Regional Centro-Oeste, conforme Apêndice 1	25364	Unidade (dose)	1000
04	Doses de Vacina antigripal – Regional Norte Gesto vacinal incluso Aplicação em cada uma das comarcas listadas da Regional Norte, conforme Apêndice 1	25364	Unidade (dose)	1475

A Contratada deverá realizar o gesto vacinal em cada uma das comarcas da Regional adjudicada, conforme indicado no Apêndice 1.

1. A composição da vacina antigripal 2026 deverá seguir a recomendação da OMS: A/Victoria/4897/2022 (H1N1), A/Croatia/10136RV/2023 (H3N2), e B/Austria/1359417/2021 (linhagem Victoria) e a cepa B/Phuket/3073/2013 (linhagem Yamagata)

2. A aplicação (gesto) será realizada nos prédios do Poder Judiciário nas comarcas indicadas no neste documento e será de responsabilidade da Contratada, devendo ser executada por equipe devidamente habilitada, e ser ajustada ao número de servidores na primeira semana da campanha e aos estagiários no decorrer da segunda semana da

campanha.

3. O gesto vacinal, de responsabilidade da Contratada, deverá ser executado por profissional devidamente habilitado para tanto em todos os locais de aplicação.

Os serviços deverão ser executados em cada um dos endereços contidos no Apêndice 1 deste documento ou em endereço fornecido pela Unidade Fiscal.

A empresa deverá deslocar-se aos endereços indicados para a aplicação das doses nas comarcas em que for contratada para realizar o serviço. Os custos e responsabilidades quanto ao deslocamento competem à contratada e deverão estar embutidos no preço ofertado.

Os empregados da contratada, responsáveis pela aplicação das vacinas, deverão estar devidamente identificados por crachás contendo nome do funcionário, função que exerce e o nome da empresa.

Quando da execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar:

- a) Bulas e/ou catálogos referentes aos bens de consumo, conforme normas vigentes;
- b) Uma planilha com o número do Registro no Ministério da Saúde de cada produto cotado e a data de validade, ou, onde couber, informar que o produto é isento de registro e sua validade;
- c) Registro impresso dos documentos mencionados nos itens a) e b) acima (original ou cópia autenticada)

O transporte e conservação das vacinas deve ser feito dentro do preconizado, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte, temperatura específica exigida para o produto, em veículo limpo, com cobertura protetora para a carga, de forma que mantenha a integridade do produto.

A Contratada deverá entregar relatório contendo a quantidade exata de doses aplicadas, bem como a identificação (nome, matrícula e lotação) do magistrado, servidor e estagiário que recebeu a dose, após a conclusão das atividades, no prazo estipulado no termo de referência.

A Contratada ainda deverá:

- a) Apresentar profissionais qualificados e com experiência comprovada para a execução dos serviços;
- b) Alocar uma quantidade suficiente de profissionais habilitados para que a aplicação das doses seja finalizada no dia determinado;
- c) Realizar a aplicação das doses somente em servidores e estagiários munidos do crachá do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ou de declaração da chefia imediata comprovando seu vínculo com este, juntamente com documento com foto.

c. Marca ou modelos de referência

Não há indicação de marca ou modelo específico para o objeto da presente contratação.

d. Dinâmica de execução (art. 18, III)

1. A empresa contratada deverá, em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, agendar junto à Unidade Fiscal as datas para execução da aplicação do gesto vacinal em todas as Comarcas indicadas no Termo de Referência.

1.1 Prazo para apresentação da Autorização para a realização da campanha de vacinação pela da autoridade sanitária competente: até 07 (sete) dias úteis contados a partir da aprovação do cronograma pela Unidade Fiscal.

1.2 Prazo para início da primeira etapa de vacinação: até 2 (dois) dias úteis após a apresentação da Autorização da Autoridade Sanitária competente.

1.3 Prazo para término da primeira etapa de vacinação: até 20 (vinte) dias corridos após o início da etapa, salvo se prazo menor tenha sido acordado entre as partes

2. Em Curitiba, a vacinação deverá ser fracionada em etapas, com intervalos a serem acordados entre o fornecedor e a Unidade Gestora, nos horários das 10:00 (dez) às 18:00 (dezoito) horas, observando-se os prazos estabelecidos.

2.1. A aplicação nos magistrados, servidores, comissionados, voluntários, requisitados externos, PSS e estagiários de Curitiba será realizada através de agendamento prévio feito pelo Centro de Atenção à Saúde em agenda eletrônica disponível na intranet.

3. Nas demais comarcas, a vacinação poderá ser fracionada em etapas, com intervalos a serem acordados entre o fornecedor e a Contratante, nos horários das 08:00 (dez) às 19:00 (dezenove) horas, observando-se os prazos estabelecidos.

3.1. Exceto na regional de Curitiba, a Direção de cada Fórum ficará responsável pela organização da Campanha de Vacinação, disponibilização de um espaço para aplicação, pela disponibilização da lista contendo os nomes e matrículas dos servidores, magistrados, comissionados, voluntários, requisitados externos, PSS e estagiários da Comarca. Ao final da campanha, essa lista com os nomes e as matrículas, devidamente assinada pelos servidores, magistrados, comissionados, voluntários, requisitados externos, PSS e estagiários que receberam as vacinas, será posteriormente anexada ao processo juntamente com a Ordem de Serviço assinada pelo servidor responsável.

e. Garantia de execução (art. 18, III)

Não será necessária a exigência de garantia de execução, tendo em vista que os serviços serão pagos conforme o número de doses efetivamente aplicadas, não havendo riscos financeiros significativos para o TJPR.

f. Reajuste

Índice de reajuste aplicável: IPCA

g. Pagamento (art. 18, III)

Pagamento por execução, proporcional às quantidades de serviços prestados;

3.3. Estimativa das quantidades a serem contratadas (art. 18, §1º, IV)

Para definição da estimativa dos quantitativos utilizou-se o consumo anterior, conforme descrito no mapa de consumo abaixo, bem como foi realizada ampla pesquisa de intenção de vacinação para os colaboradores

MAPA DE CONSUMO

Item	Descrição	Consumo 2023	Consumo 2024	Consumo 2025
01	Vacina antigripal	4022	3208	4320

Ademais, foi realizada ampla pesquisa de intenção de vacinação com o público-alvo, para melhor dimensionamento da contratação quanto a provável adesão de vacinação em cada uma das comarcas, conforme constou na Manifestação SEI! Nº 12212348. Na campanha do ano de 2026, foi também ampliado o número de comarcas a receberem vacinação, conforme mencionado na mesma manifestação.

Desta forma, para estimativa dos quantitativos para cada regional, foram utilizados como base os resultados das pesquisas, com a adição de uma margem de cerca 30%, considerando que, por vezes, há colaboradores que se vacinam, mas esquecem de responder à pesquisa de intenção de vacinação, apesar de sua publicação na intranet, conforme se averiguou em experiências anteriores deste órgão. O resumo dos quantitativos encontram-se abaixo:

Regional	Quantidade de pessoas que responderam à pesquisa de intenção de vacinação	Margem de cerca de 30% para nova licitação (arredondado)
Curitiba	2551	3300
Leste (Exceto Curitiba)	311	400
Centro-Oeste	777	1000
Norte	1133	1475
	4772	6175

O resultado da pesquisa detalhada por regional se encontra pormenorizada no documento SEI! Nº 12330888

3.4. Estimativa do valor da contratação

Para dimensionar o valor estimado da contratação foi utilizado o valor médio da última contratação, adicionado da correção pelo IPCA do período, abaixo discriminado:

Regional	Quantitativo máximo estimado	Valor unitário estimado	Valor total estimado
Curitiba	3300	R\$ 65,43	R\$ 216.965,88
Leste (Exceto curitiba)	400	R\$ 65,43	R\$ 26.433,72
Centro-Oeste	1000	R\$ 65,43	R\$ 66.084,30
Norte	1475	R\$ 65,43	R\$ 96.378,39
	6175		R\$ 405.862,29

Ressalta-se que os valores se referem apenas à estimativa prévia do valor da contratação, sendo que o preço de referência será oportunamente calculado em etapa posterior de pesquisa de preços, e constará no Termo de Referência. Cabe ressaltar que o preço de referência costuma ser maior que o preço efetivamente contratado, considerando que haverá disputa entre as licitantes.

3.5. Justificativa para o parcelamento ou não da solução (art. 18, §1º, VIII)

Em contratações anteriores, os itens foram contratados individualmente por comarca. Contudo, com o aumento do número de comarcas de 13 para 28, estudou-se o agrupamento de comarcas por regionais, nos termos do § 3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, com o intuito da economia de escala, considerando que algumas comarcas têm o número reduzido do público-alvo, bem como considerando a redução de gestão de contratos, levando em conta o elevado número potencial de contratos a serem gerados (28 contratos distintos, no pior cenário), demandando custos administrativos elevados, que podem inclusive serem superiores ao do objeto em si. Desta forma, os itens foram agrupados em 4 regionais, sendo: Curitiba, Leste (exceto Curitiba), Centro-Oeste e Norte, reduzindo o número potencial de contratos distintos para apenas 4, reduzindo-se assim o tempo de tramitação, fiscalização e execução. Além disso, considerando a pouca diferença de preço das vacinas por comarca observada em certames anteriores, não se mostra produtivo a discriminação do valor da vacinação por comarca, mas somente por regional, considerando que o agrupamento desta forma também resolve o problema da Administração em vincular um número específico de vacinas a cada comarca, garantindo flexibilidade operacional, tendo em vista que desta forma é possível remanejar o quantitativo sobressalente de uma comarca para outra da mesma regional, uma vez que se pretende contratar os quantitativos máximos estimados por regional. Por fim, o agrupamento também favorece a padronização dos serviços e facilita a logística de entrega e aplicação das vacinas, especialmente em comarcas com baixa demanda.

Além disso, de antemão verifica-se não ser cabível a reserva de até 25% das unidades de cada item a ME/EPP pela inviabilidade de gestão no caso concreto das distribuições dessas doses nas comarcas, como observado nas últimas contratações. Para ilustrar, nos anos anteriores, não sendo possível estabelecer quais servidores e estagiários seriam vacinados com uma empresa ou com outra (dentro a reservada e de competição geral), optou-se por destinar, apenas após a assinatura do instrumento contratual, comarcas proporcionalmente menores para as reservadas, o que gerou questionamentos por ambas as contratadas.

3.6. Formalização e critérios de seleção do fornecedor (art. 18, VIII)

Os serviços pretendidos podem ser oferecidos por diversos fornecedores no mercado e apresentam características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir, a princípio, que são de natureza “comum” e, portanto, poderá ser utilizada a modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA.

O modo de disputa será o ABERTO e considerado o PREÇO TOTAL para o respectivo ITEM, sendo que a diferença entre os lances enviados é de 0,1% do valor unitário do item. Ressalte-se que o modo de disputa aberto permite a apresentação de lances até o menor preço possível para as licitantes, sendo do interesse deste Tribunal a obtenção da melhor oferta possível para a prestação do serviço.

Cabe salientar, a referida análise e elaboração deste instrumento não afasta a apreciação da Supervisão Jurídica.

a. Formalização

Contrato de escopo, com vigência de 12 (doze) meses contados da data da última assinatura das partes, na forma do art. 105 da Lei Federal 14.133/2021. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado, nos termos do artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021

3.7. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (art. 18, §1º, XI)

Não há

3.8. Alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II)

A Contratação está prevista no PCA 2026 sob o Código SEINFRA.2026.0049.0035

4. CONCLUSÕES

4.1. Benefícios a serem alcançados com a contratação (art. 18, §1º, IX)

Espera-se com a presente contratação promover a imunização de magistrados, servidores e estagiários e comissionados do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná contra o vírus Influenza, assim evitando que adoeçam, buscando reduzir o número de afastamentos decorrentes das complicações causadas pela gripe, o que por fim melhoraria as condições de saúde dos servidores do Tribunal, e garantiria maior eficiência, agilidade e produtividade ao Tribunal

4.2. Providências a serem adotadas (art. 18, §1º, X)

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

4.3. Possíveis Impactos Ambientais (art. 18, §1º, XII)

O possível impacto ambiental é a contaminação ambiental com resíduo biológico. Desta forma, citam-se os requisitos de sustentabilidade para mitigar o referido impacto:

A contratada deverá desenvolver todas as ações no que se refere ao manejo, segregação, acondicionamento antes e pós-tratamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário até a destinação final e segurança ocupacional do pessoal envolvido diretamente com os processos de higienização, coleta, transporte, tratamento e armazenamento dos resíduos produzidos resultantes da prestação dos serviços nas comarcas de Curitiba e do interior do Estado, nos termos do art. 31 da Resolução SESA/PR nº 956/2018.

O gerenciamento de serviços de saúde deve ser realizado conforme a RDC 222, de 28/03/2018, da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, normas aplicáveis aos geradores de serviços de saúde.

No que tange à prestação dos serviços, a contratada deverá observar os seguintes requisitos:

- Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados utilizados na prestação dos Serviços;
- Que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos

4.4. Análise de riscos (art. 18, X)

Conforme documento nº 12370894

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

As unidades gestoras e fiscais serão designadas em momento oportuno após a homologação do certame.

6. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (art. 18, §1º, XIII)

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar

7. APÊNDICE 1 - LISTA DE COMARCAS QUE COMPÕEM CADA REGIONAL

Item 1 - Regional Curitiba

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Curitiba	3300	R. Ernani Santiago de Oliveira, 99 - Centro Cívico (Centro de Atenção à Saúde)

Item 2 - Comarcas que compõem a Regional Leste (Exceto Curitiba)

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Paranaguá	46	R. Comendador Correia Júnior, 662 - João Gualberto, Paranaguá - PR, 83203-560
Irati	42	R. Pacífico Borges, 120 - Irati, PR, 84500-000
Ponta Grossa	237	R. Leopoldo Guimaraes da Cunha, 590 - Vila Estrela - Ponta Grossa, 84035-900.

Item 3 - Comarcas que compõem a **Regional Centro-Oeste**.

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Guarapuava	164	Av. Manoel Ribas, 500 - Conradinho, Guarapuava - PR, 85070-180
Ivaiporã	33	Av. Itália, 20 - Ivaiporã, PR, 86870-000
Prudentópolis	43	Praça Coronel José Durski, 144 - Centro, Prudentópolis - PR, 84400-000
Francisco Beltrão	70	R. Ten. Camargo, 2112 - Centro, Francisco Beltrão - PR, 85601-610
Pato Branco	56	R. Maria Bueno, 284 - Sambugaro, Pato Branco - PR, 85501-560
Santo Antônio da Platina	40	Av. Oliveira Motta, 745 - Santo Antônio da Platina, PR, 86430-000
Foz do Iguaçu	153	Av. Pedro Basso, 1001 - Região Central, Foz do Iguaçu - PR, 85863-756
Medianeira	49	Av. Pedro Soccol, 1630 - Centro, Medianeira - PR, 85884-000
Cascavel	216	Av. Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre, Cascavel - PR, 85805-036.
Marechal Candido Rondon	64	R. Paraíba, 541 CEP 85960-000
Toledo	112	R. Alm. Barroso, 3222 - Centro, Toledo - PR, 85900-020

Item 4 - Comarcas que compõem a **Regional Norte**

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Cianorte	53	Tv. Itororó, 300 - Zona 1, Cianorte - PR, 87200-000
Umuarama	118	R. Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, 3693 - Zona I, Umuarama - PR, 87503-200.
Campo Mourão	90	Av. José C de Oliveira, 2065 - Centro, Campo Mourão - PR, 87300-020
Maringá	370	Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR, 87013-260
Paranavaí	86	Av. Paraná, 1565 - Jardim America, Paranavaí - PR, 87705-190
Apucarana	56	Tv. João Gurgel de Macedo, 100 - Centro, Apucarana - PR, 86800-710
Arapongas	46	R. Ibis, 888 - Centro, Arapongas - PR, 86701-270
Assaí	46	R. Bolívia - Centro, Assaí - PR, 86220-000
Cornélio Procopio	39	Fórum de Cornélio Procopio - R. Santos Dumont, 903 - Cornélio Procopio, PR, 86300-000
Londrina	452	Av. Duque de Caxias, 689 - Leonor, Londrina - PR, 86071-280
Bandeirantes	46	Av. Edelina Meneghel Rando, 425 - Bandeirantes, PR, 86360-000
Jacarezinho	73	Rua Wanda Quintanilha, 268 - Centro, Jacarezinho - PR, 86400-000.

*A quantidade mencionada por comarca é meramente estimativa, realizada a partir de pesquisa de intenção de vacinação, de forma que o quantitativo estimado para a regional poderá ser distribuído conforme demanda para cada comarca, obedecendo à quantidade total máxima adjudicada por regional.



Documento assinado eletronicamente por **DEISY CRISTINA MARTINS MACIANO, Chefe da Divisão de Prevenção e Promoção à Saúde**, em 05/11/2025, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO ROSSETTI SOARES, Assessor da Divisão de Contratações de Bens e Serviços Logísticos da Coordenadoria de Planejamento de Contratações**, em 06/11/2025, às 13:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **12370888** e o código CRC **36A405A5**.

